



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640253 - GO (2021/0014155-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JOAO FRANCISCO MENDES DA SILVA
ADVOGADO : JOÃO FRANCISCO MENDES DA SILVA - GO054889
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : EDSON RODRIGUES ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDSON RODRIGUES ROSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5012467-65.2021.8.09.0000).

O paciente cumpre pena de 15 anos e 3 meses de reclusão em regime fechado.

O impetrante sustenta que o paciente deve ser colocado em prisão domiciliar, uma vez que integraria o grupo de risco por ser "portador de hipertensão, ansiedade, insônia, se queixando de forte dores e supostamente está com câncer de próstata" (e-STJ fl. 4)

Alega a necessidade de realização de procedimento de biopsia para confirmar o diagnóstico de câncer de próstata, aduzindo que o paciente tem plano de saúde e poderia realizar o exame com maior agilidade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a prisão domiciliar *"ainda que provisoriamente, possibilitando assim a imediata realização de todos os exames necessários, instruindo o habeas corpus do TJGO originário (nº 5012467-65.2021.8.09.0000) com os resultados, para ao final, quando do julgamento do mérito, seja possível avaliar com definitividade o estado de saúde do paciente"* (e-STJ fl. 12)

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio

mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi fundamentada.

No ponto, colhe-se da decisão combatida (e-STJ fl. 67):

[...]

Do exame dos autos, verifica-se a necessidade de contato com as informações a ser prestadas pela autoridade nominada coatora para que se possa analisar as alegações deduzidas, até porque, partindo de um juízo de cognição superficial, infere-se que o magistrado indeferiu a substituição da medida extrema pela prisão domiciliar por não preencher os requisitos elencados no artigo 117, inciso II, da Lei de Execução Penal, frisando que a possibilidade de doença grave não basta para a concessão da medida, até mesmo porque inexistente relatório médico conclusivo sobre a biópsia determinada.

Nesse ponto, destaca-se que o relatório elaborado pelo médico da unidade prisional, no dia 05 de dezembro de 2020, atestou que a biópsia poderia ser marcada pelos familiares do paciente em comum acordo com a administração da unidade prisional, contudo, deveria ser apresentado laudo do médico especialista sobre o preparo a ser seguido e o local de realização, se dentro ou fora da unidade, o que não foi seguido.

Além disso, o paciente foi encaminhado, em caráter de urgência, para avaliação com urologista, na clínica de especialidades do município, sendo ressaltada a possibilidade de agendamento com médico particular, conforme o protocolo determinado pelo CIS, o que também não foi feito.

Assim sendo, a liminar em sede de habeas corpus justifica-se quando existe flagrante ilegalidade, sendo por isso medida extraordinária, cujo caráter de providência cautelar exige a análise rigorosa e cumulativa acerca dos elementos autorizadores da sua concessão, por isso, como anteriormente citado, faz-se necessária a coleta de informes do juízo a quo

como forma de assegurar a eficácia do direito a ser proferido no julgamento definitivo do remédio constitucional invocado.

Nesse trilhar, no presente caso, não se demonstram, de forma cristalina, os pressupostos legais para a concessão do pleito, eis que ausentes, cumulativamente, o periculum in mora e o fumus boni iuris.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência